

## O impacto da pandemia na educação alagoana: análise dos programas e projetos desenvolvidos pela secretaria de educação do estado

Maria Carolina Lins da Silva<sup>1</sup>; Paulo Ricardo Silva Lima<sup>2</sup>

1. Universidade Estadual de Alagoas, E-mail: maria.carol.lins@gmail.com; 2. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: pauloricardo.silvalimma@gmail.com

**Resumo** - O presente artigo objetiva analisar programas e projetos implementados no período da Pandemia para garantir a efetivação da política nacional de educação no Estado de Alagoas, identificando assim os desafios enfrentados e as estratégias efetivadas pelos gestores públicos da educação alagoana. Para fundamentarmos este estudo buscamos realizar o histórico da política de educação brasileira e as conquistas garantidas ao longo dos anos. Acessamos ao site oficial da secretaria de educação em Alagoas, com o objetivo de identificar e analisar os programas e projetos focados no objetivo de enfrentar o desafio que a Pandemia do Corona Vírus proporcionou na educação alagoana. A metodologia utilizada neste artigo foi pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

**Palavras-chave:** Política de Educação; Pandemia; Gestão Pública.

### Abstract

This article aims to analyze programs and projects implemented during the Pandemic period to ensure the implementation of the national education policy in the State of Alagoas, thus identifying the challenges faced and the strategies implemented by public education managers in Alagoas. To support this study, we seek to analyze the history of Brazilian education policy and the achievements guaranteed over the years. We accessed the official website of the Department of Education in Alagoas, with the aim of identifying and analyzing programs and projects focused on facing the challenge that the Corona Virus Pandemic provided in education in Alagoas. The methodology used in this article was bibliographic research and documental research.

**Keywords:** Education Policy; Pandemic; Public administration.

### Introdução

A Pandemia ocasionada pelo Novo Coronavírus, definido cientificamente como Sars-COV-2, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020 acarretou grandes desafios para a sociedade, conduzindo o mundo a se adaptar a uma nova realidade desafiadora. A COVID19 passou a ser uma doença que se alastrou pelo mundo e os países precisaram

direcionar medidas de prevenção para suas populações para evitar o menor impacto possível na vida das pessoas diante de uma doença pouco conhecida.

A maneira encontrada pelas autoridades sanitárias foi o isolamento, como uma alternativa para a preservação da vida e uma estratégia para barrar a velocidade de propagação para preservar a vida de milhares de pessoas, diante de um vírus com alto percentual de letalidade para uma parcela significativa da população.

No Brasil, a contaminação pelo patógeno desencadeou na morte de milhares de indivíduos, obrigando assim que os estados e municípios desenvolvessem políticas de restrição de aglomerações e paralisação de diversas atividades. Contudo, com o surgimento da vacina, a qual tem reduzido os índices de mortalidade, somada às intervenções sanitárias, o mundo está retomando ao “novo normal”, com o uso contínuo de máscara, álcool em gel e distanciamentos sociais.

Dessarte, as políticas sociais no Brasil, foram impactadas neste período, e conduzidas a se adequarem à realidade da crise sanitária, o grande desafio se voltou imediatamente para a política pública de saúde, pois exigia dela intervenções emergenciais para minimizar, atender a população contaminada e prestar assistência à saúde aos diversos públicos, e em especial aqueles mais vulneráveis como idosos e indivíduos com doenças preexistentes.

Importante destacar que, apesar da Política de Saúde ter uma enorme relevância no enfrentamento a Pandemia, queremos trazer para o debate a política de educação que será nosso objeto de estudo neste artigo visto que o fechamento de unidades educacionais e a suspensão de suas atividades presenciais foram estratégias tomadas para minimizar a propagação da Covid-19.

Neste período pandêmico, a prestação dos serviços educacionais, principalmente os públicos, foram afetados, carecendo assim de políticas públicas capazes de reduzir os impactos no desenvolvimento educacional da população. Neste artigo, o objetivo principal é apresentar quais foram as estratégias desenvolvidas pelos gestores, e quais programas e projetos desenvolvidos no período pandêmico na educação no estado de Alagoas, buscando assim compreender os desafios enfrentados no âmbito da gestão pública.

Alguns estudiosos como Mészáros questionam sobre o objetivo da educação pública, e diz “Para que serve o sistema educacional – mais ainda, quando público –, se não for para lutar contra a alienação? Para ajudar a decifrar os enigmas do mundo, sobretudo o do estranhamento

de um mundo produzido pelos próprios homens?” (MÉSZÁROS, 2008, p. 17). Compreendemos que a educação abre portas para romper com a alienação.

Segundo Saviani (2000) a educação é indispensável para tornarmos humanos, ele afirma que para efetivá-la não basta apenas colocar o sujeito diante da cultura, é necessário planejamento para que as ações sejam desenvolvidas. A Escola tem uma importante função social com desenvolvimento das ações educativas. E Paulo Freire (2017) diz que “Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção.”

Ao analisarmos o Brasil nos anos 80, constatamos um avanço no âmbito social. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, esta proporcionou o acesso aos direitos sociais para a população se tornando o marco legal das Políticas públicas no Brasil. A educação se torna um direito de todos e dever do Estado e da família, porém, é a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, que assume-se o compromisso de uma educação básica de qualidade para todos os indivíduos com o objetivo de atender as necessidades básicas da aprendizagem; Após a Constituição vigente estipular a educação como direitos de todos e dever do Estado surge a necessidade de implementar uma lei para garantir este direito social, a partir daí surge em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da 9.394/96 onde normatiza a educação brasileira e em 2014 a implantação do Plano Nacional de educação com Lei nº 13.005/2014.

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional em seu art. 4º expõe sobre o direito e o dever do Estado com a educação e afirma que este dever deve ser efetivado pelo Estado através da educação básica gratuita e obrigatória dos quatros aos dezessete anos de idade e sua organização deve ser através da pré escola, ensino fundamental e ensino médio. Segundo a LDB 1996 “Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, 1996).

Os anos 90 no Brasil é marcado com a chegada do neoliberalismo no governo de Fernando Collor e se aprofunda no governo de Fernando Henrique Cardoso. As Políticas sociais vivenciam um desmonte, o Estado redimensiona sua posição onde se desregulamenta, e visualizamos uma máxima para o capital e o mercado é um mínimo para o social.

Conforme Neto e Maciel (2011, p. 44) o neoliberalismo é um projeto político, econômico e social de caráter hegemônico que está fundamentado na subordinação absoluta da sociedade ao mercado livre e a não-intervenção estatal, logo este projeto teoriza que o mercado livre é o elemento regulador de toda a sociedade. Neste contexto neoliberal a educação é vista como um bem econômico, uma mercadoria, subordinada às leis do mercado. (NETO; MACIEL, 2011, p. 45-46).

Final dos anos 80 e início dos anos 90 começa a se discutir palavras como: qualidade total, modernização do ensino, adequação ao mercado de trabalho, eficiência e produtividade; A educação é entendida como meio de garantir a ‘sobrevivência da concorrência do mercado’; Agências internacionais (BM, FMI, BIRD, OMC, CEPAL<sup>1</sup>) divulgam soluções para resolver os problemas educacionais nos países em desenvolvimento como: reformas educacionais que passam a ser orientadas pelo BM. Redução de gastos públicos com setores sociais; Restringir a criação científica e tecnológica desses países;. Investir na educação para propiciar a população um conhecimento necessário para atuar no mercado. (NETO; MACIEL 2011).

Nos governos Lula e Dilma, as políticas neoliberais permanecem, contudo com uma proposta diferenciada, percebemos um direcionamento para políticas assistenciais, estas não apresentam a amplitude vista nos anos 80 com as políticas sociais. (NETO; MACIEL, 2011).

Em 2016 após o golpe, um perfil antidemocrático, conservador e autoritário se instala no Brasil e avança às privatizações com a Emenda Constitucional nº 95 – conhecida como a emenda do teto dos gastos públicos - que determina o congelamento nos investimentos em educação pelos próximos vinte anos e a Precarização da Educação (NETO; MACIEL 2011).

É preciso romper com a lógica de educar para inserção no mercado, mas sim acreditar e lutar por um modelo de educação que seja comprometida com a formação dos indivíduos críticos e conscientes do seu papel social pautado na possibilidade de uma transformação social, sendo assim possível romper com a concepção de educação pragmática e aligeirada vigente na atualidade.

---

<sup>1</sup>BM -Banco Mundial, FMI -Fundo Monetário Internacional, BIRD -Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, OMC - Organização Mundial do Comércio), CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

## **Materiais e métodos**

A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica que busca fazer uma análise de materiais já produzidos sobre a temática abordada (GIL,2008) recorreremos a livros e artigos com o foco de avaliar os documentos, utilizamos como estratégias de pesquisas o acesso ao site oficial da Secretaria do Estado da Educação em Alagoas no período de setembro à novembro de 2021, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento os programas e projetos divulgados pela secretaria estadual no período de 2020 a 2021 e suas aplicabilidade para concretizar o ensino aprendizagem tão desafiador no período da Pandemia . Buscamos informações acerca das regulamentações e legislações adotadas pela gestão pública da política de Educação estadual .

## **Resultados e discussão**

A educação alagoana já enfrentava grandes desafios no período que antecedeu a Pandemia, com déficits na aprendizagem e outros graves problemas educacionais. Em Março de 2020 a OMS decretou em contexto mundial a Pandemia da COVID-19, que se propagava sem controle afetando letalmente um percentual significativo da população. Estratégias como o isolamento social e a suspensão das aulas presenciais, foram tomadas pelas autoridades sanitárias para manter a preservação da vida.

O Decreto nº 7.651/2020 substituiu as aulas presenciais pelas atividades desenvolvidas no âmbito do Regime Especial de Atividades Escolares Não Presenciais – REAENP, no Estado de Alagoas. Essa mudança foi necessária para a continuidade da oferta de ensino , com adaptação ao ensino remoto, porém desafios foram enfrentados, dentre eles falta de acesso à internet que contribuiu para exclusão de alguns, desvelando uma desigualdade social e econômica presente no estado de Alagoas. (MEIDEIROS, 2020). O

O Decreto nº 69527/2020, em seu artigo 1º instituiu a suspensão de todas as atividades educacionais nas escolas, universidades e faculdades das Redes de Ensino Pública e Privada do Estado a partir de 23 de março de 2020.

A secretaria Estadual de Educação em Alagoas precisou adaptar-se diante da realidade, migrando do ensino presencial para o ensino remoto. O modelo tradicional de ensino precisou passar por uma transformação e uma nova fase surgiu atrelada a tecnologia e conexão com redes. A comunidade escolar, professores e gestores buscaram estratégias pedagógicas para readaptar, disponibilizando materiais impressos e online para os alunos. Novas ferramentas de interação foram desenvolvidas e uma realidade remota surge. No cenário Pandêmico os professores assumiram um grande papel de transmissor e mediador de conhecimento, buscando com o ensino remoto uma aprendizagem ativa dos estudantes. (ALAGOAS,2020).

A SEDUC divulgou que realizou uma pesquisa e contabilizou que das 310 unidades de ensino da rede estadual, 99% executaram o REAENP -regime especial de atividades escolares não presenciais, e 1% desenvolveu o regime de forma parcial mas distribuíram conteúdo para os estudantes por meio das redes sociais . Segundo relatos da pesquisa, 75,7% das escolas utilizaram meios digitais e impressos para levar o conteúdo até os alunos, 21% usaram apenas os recursos digitais, e 3,2% utilizaram apenas materiais impressos para os alunos. Na pesquisa foram entrevistados 46.831 alunos de 297 unidades de ensino da rede estadual, dentre eles 88% realizaram as atividades propostas pelos professores. (ALAGOAS,2020.)

Apesar das novas estratégias tecnológicas que foram inseridas na rede de ensino, novos desafios foram surgindo com as aulas remotas, o uso das ferramentas digitais se tornou prioridades com objetivo de aproximar-se dos alunos. Dificuldades de acesso aos equipamentos eletrônicos e tecnológicos, dificuldades de alunos e professores para acessar as plataformas de internet e diante destes desafios o cenário da evasão escolar se aprofundou e graves problemas de aprendizagem se evidenciaram resultando em um forte impacto educacional em Alagoas (ALAGOAS,2021).

A internet passou a ser um canal de comunicação com os alunos para minimizar os danos ao calendário escolar de 2020, porém nem todos tiveram acesso. Este período evidencia o fracasso de políticas de inclusão digital, demonstra a privação do direito à educação previsto na Constituição Federal , em seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988). O Regime Especial de Atividades Escolares Não Presenciais não levou em consideração o contexto das desigualdades sociais no qual a população alagoana está inserida e o ensino

remoto no estado foi reduzido à entrega de conteúdos e se vê a falta de construção de um modelo de educação (MEDEIROS, 2020).

A modalidade de ensino remoto apresenta fragilidades, pois para aprendizagem se concretizar é necessário o desenvolvimento de mediações que efetivam o aprendizado, o professor ensina e o aluno aprende, contudo precisamos destacar a importância da interação, do vínculo de confiança, parcerias, articulações entre os envolvidos que a modalidade de ensino remoto não garante com tanta eficiência quanto na modalidade presencial. No ensino remoto nem todos têm acesso e alguns podem ficar à margem da exclusão, e o direito a educação como direito de todos não é garantido. Essas exclusões sociais são oriundas de ausências de políticas públicas efetivas que enfrentem a realidade social e as necessidades de muitos estudantes que não possuem acesso às tecnologias (GUIMARÃES, BARRETO, 2020).

Vale salientar que delimitamos nossa pesquisa para analisar os programas e projetos que apresentaram propostas de enfrentamento da realidade no período de distanciamento social, em que professores e alunos, foram impulsionados abruptamente a se adaptar à nova realidade da educação no Brasil. Destacamos também que nosso recorte irá delimitar-se às estratégias na educação básica, não pretendemos analisar a realidade da educação superior.

### **Análise dos programas e projetos desenvolvidos pela secretaria de educação do Estado de Alagoas**

Apesar dos enormes desafios percebemos um esforço da Secretaria Estadual de Educação em enfrentá-los, divulgaram no site oficial da SEDUC, aproximadamente 12 programas e projetos, com o objetivo de enfrentar a realidade da educação alagoana na pandemia. Com a identificação destes programas e projetos alcançamos o objetivo da pesquisa. O acesso ao site da secretaria Estadual de Educação nos possibilitou uma aproximação a este objeto de pesquisa. Nossa pesquisa analisou que a SEDUC propõe nos programas e projetos propostas de enfrentamento da realidade. Destacamos também que nosso recorte irá delimitar-se às estratégias na educação básica, não pretendemos analisar a realidade da educação superior.

Visualizamos que os programas e projetos efetivados pela secretaria do Estado de Alagoas no período da Pandemia (2020-2021), foram os seguintes: Professor Mentor, CONECTA Professor, Rumo às aulas, Vem que dá tempo, Equipa Escola, minha escola nova, Meu transporte Novo, Programa mais merenda, Escola 10 TV, Escola Digital, CRIA criança Alagoas e Criança Alfabetizada..

O professor mentor é um programa com uma oferta de mais de 11.400 mil bolsas para a rede estadual de ensino, nos valores de até 1.500 reais, totalizando um investimento de 120 Milhões. Propõe a participação de alunos monitores e professores mentores. Os profissionais serão responsáveis por uma turma garantindo individualidade no acompanhamento, buscaram estratégias para melhorar o ensino. A escola na qual o professor e o aluno estiver vinculado, deverá apresentar um projeto com uma proposta pedagógica atrelada aos eixos de projeto de vida, engajamento, recomposição e apoio à aprendizagem, competências socioemocionais, família e diversidades. Cada unidade escolar terá um professor mentor e um aluno monitor. O objetivo do programa é enfrentar os impactos e desafios causados pela pandemia como os déficits de aprendizado e a evasão escolar (ALAGOAS,2020).

O programa Conecta Professor foi regulamentado pela Lei nº 8.465, e organizado pelas Portarias /SEDUC Nº 11.245/2021 e /SEDUC Nº 10.662/2021, de 12 de julho de 2021. Propõe repassar um suporte para compra de equipamentos tecnológicos e contratação de internet contínua por até 24 meses aos professores. Oferecendo um apoio na aquisição de novos equipamentos de informática, inovação, tecnologia e custeio de planos de acesso à internet, com esse suporte o programa oferecerá acompanhamento pedagógico, formação continuada, inovação e tecnologia educacional, acompanhamento e assistência à Gestão Escolar, recursos didáticos e um sistema estadual de educação. A proposta do programa é ofertar R\$ 5 mil para cada professor e o investimento total será de R\$50 milhões (ALAGOAS,2020).

O programa Rumo às aulas, oferece um recurso extra emergencial para as escolas da rede estadual, com o objetivo de realizar ajustes na infraestrutura para retorno às aulas presenciais que ocorreram em novembro de 2020. A proposta é realizar reformas, consertos, ajardinamento e aquisição de bens permanentes, cujo objetivo é alcançar segurança e infraestrutura no retorno às aulas e ao trabalho presencial. O investimento total será de R\$ 40 milhões (ALAGOAS, 2021).

O programa Vem que Dá Tempo, propõe convocar jovens e adultos para acelerar o processo de escolarização, cujo o objetivo é elevar a educação de jovens e adultos alagoanos em situação de vulnerabilidade social, por meio da conclusão do Ensino Fundamental e do ingresso à modalidade do Ensino Médio Modular da Educação . A proposta é ofertar uma bolsa permanência, um auxílio mensal para os jovens e adultos continuar no Ensino Médio Modular do EJA.O programa contará com um investimento R\$120 milhões (ALAGOAS,2021).

O programa Equipe Escola propõe aquisição e distribuição de equipamentos para a revitalização da infraestrutura das 310 escolas do Estado. Com novas carteiras escolares, Ar-condicionados, kits de cozinha, materiais pedagógicos, computadores e impressoras para toda a comunidade escolar. O investimento para a realização do programa é de R\$ 50 milhões (ALAGOAS,2021).

O Programa Minha Escola Nova propõe um investimento na infraestrutura , manutenção e construção de novas escolas, implantação de ginásios e Centro Educacional Integrado. Construção de 45 novas escolas de 12 salas e a construção de 50 novas escolas de 6 salas e implantação de 100 ginásios, manutenção de 47 escolas da rede estadual, construção de um Centro Educacional Integrado no bairro do Benedito Bentes em Maceió. O investimento é de R\$ 470 milhões (ALAGOAS,2021).

O programa meu transporte Novo , propõe a entrega de 300 ônibus escolares . Em alagoas atualmente mais de 75 mil alunos usam hoje transporte escolar , desse total, 15 mil são apenas alunos da capital Maceió. Investimento de R\$60 milhões (ALAGOAS,2021).

O Programa Mais Merenda, triplica o valor para compras de itens alimentícios buscando melhorar a qualidade nutricional das refeições. O valor é um complemento ao repasse do Governo Federal com recursos estaduais. O investimento foi de R\$20,3 milhões.

O programa Escola 10 TV ,propõe um Novo canal de TV aberta para transmissão de conteúdos pedagógicos para os estudantes da rede pública de Alagoas. O objetivo do programa é ampliar o alcance da educação do estado, a partir da veiculação de temas individualizados para cada idade com a emissão de vídeos interativos, exercícios, conteúdos didáticos, divulgação de textos e orientações. O canal da TV Escola 10 será transmitido, para 2 milhões de alagoanos. Contudo, para os estudantes em que os municípios não recebem o sinal

da TV, a programação será transmitida pela rádio da região. Os canais de TV serão transmitidos nas seguintes cidades : Atalaia - Canal 4.3/11.1 São Miguel dos Campos - Canal 50/2. Arapiraca, Coité do Noia, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Taquarana - Canal 43/9.1. Maceió, Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Paripueira, Marechal Deodoro, Pilar, Messias, Rio Largo e Satuba - Canal 43/11.1 (ALAGOAS,2021).

O Projeto Escola Digital realizou parceria com a fundação telefônica Vivo, e buscou desenvolver ferramentas e metodologias para que professores organizassem planos de aula e roteiros de estudos, com o objetivo de potencializar as relações de aprendizagens apoiando-os neste novo desafio e buscando colaborar com o desenvolvimento dos estudantes. Possibilitando o desenvolvimento de pesquisas, publicações de conteúdos pedagógicos para os alunos.

Gostaríamos de destacar que Escola Web , faz parte do projeto Escola Digital , contudo a proposta não foi desenvolvida no período pandêmico é uma plataforma disponibilizada pela secretaria de educação desde junho de 2016, com propostas de vídeos, aulas, conteúdos de diversas áreas e games, voltados com fins pedagógicos, e busca motivar os estudantes a se aproximarem da tecnologia buscando soluções para atender os educadores , como propostas de roteiros de estudos auxiliando estudantes (ALAGOAS,2021).

O Programa Cria Criança Alagoana, propõe atender a demanda por vagas nas creches do estado e promover a universalização, efetivando a construção de 200 creches em todos os municípios alagoanos com um investimento de R\$805 milhões (ALAGOAS,2021).

O programa Criança Alfabetizada, tem por objetivo garantir a alfabetização de crianças até 7 (sete) anos de idade das Redes Públicas de Ensino e fortalecer o regime de colaboração com os municípios do Estado de Alagoas. A proposta do programa é oferecer assessoria técnica, monitoramento, material de apoio e formação para gestores escolares, coordenadores pedagógicos, articuladores de ensino e professores alfabetizadores das redes municipal e estadual de Alagoas (ALAGOAS,2021).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a pandemia presenciamos o aprofundamento de várias crises, sanitária, social, política e econômica. As desigualdades sociais que já existiam, se agravaram, elevando-se as taxas de desemprego, a miséria, pobreza, e a fome se evidenciaram. A política educacional já enfrentava desafios e neste período pandêmico rompe-se com o processo de escolarização e aprendizagem com as aulas presenciais migrando-se para aulas remotas. (GUIMARÃES, BARRETO, 2020).

Diante dos desafios que a educação alagoana enfrentou, as intervenções que a gestão pública desenvolveu para enfrentar a realidade do período pandêmico com as aulas remotas foram precisas diante de complexas dificuldades para garantir o ensino e aprendizagem em tempos de pandemia do coronavírus, recorrendo às estratégias, projetos e programas para desenvolver a educação pública.

Em nossas análises, encontramos algumas respostas às nossas inquietações. A SEDUC divulga aproximadamente 12 programas e projetos com propostas de capacitação profissional, acesso e incentivo financeiro para professores e alunos para ampliação do acesso à informática e tecnologias, reformas escolares, mais transporte escolar, acesso a conteúdo pedagógico pela Tv com o objetivo de enfrentar os dilemas e impacto causado pela pandemia com enorme índice de evasão escolar, dificuldades de acesso a tecnologias, desafios das aulas remotas, o rompimento nos processos de aprendizagem, que anteriormente já existiam mas que se evidenciaram.

Apesar dos programas e projetos apresentados pela Secretaria Estadual de Educação em Alagoas propor estratégias de enfrentamento aos desafios recorrentes da Pandemia é necessário refletirmos que a educação já enfrentava dilemas. É necessário destacar sobre o ambiente escolar e as condições digitais que alunos e professores enfrentaram neste período, alguns apresentaram ausências de internet, de computadores e smartphones para o acesso às aulas remotas, causando forte impacto no alcance de uma educação de qualidade.

A existência dos programas e projetos propõe melhores condições na infraestrutura e propicia acessibilidade aos professores e alunos ao acesso à tecnologia, contudo compreendemos que é necessário, prazos para adequação e organização, mas com a realidade que estamos vivendo isso pode ser prolongado, vivenciamos um difícil contexto histórico com graves problemas sociais, aprofundamento da miséria e pobreza extrema, agravam-se as

condições para assegurar vida digna às classes pobres , no que se refere a educação pública e de qualidade para todos.(GUIMARÃES,BARRETO,2020).

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz. Educação e Pandemia: Outras ou Refinadas formas de Exclusão.EDUR .**Educação em Revista** .2021.

ALAGOAS. Secretaria Estadual de Educação em Alagoas . 2021. Disponível em:  
<http://www.educacao.al.gov.br/>. Acesso em: 01 de outubro de 2021

ALAGOAS. **Portaria/SEDUC Nº 11.245/2021** - Altera a PORTARIA/SEDUC Nº 10.662/2021, que define, no âmbito do Programa Conecta Professor, a Comissão Gerencial, os Fluxos de Solicitação e Comprovação da Ajuda de Custo e o Cronograma de Implementação. Disponível em:  
<http://www.educacao.al.gov.br/?Itemid=465&start=10>. Acesso em: 01 de Novembro de 2021.

ALAGOAS. **Portaria/SEDUC Nº 10.662/2021** - define, no âmbito do Programa Conecta Professor, a Comissão Gerencial, os Fluxos de Solicitação e Comprovação da Ajuda de Custo e o Cronograma de Implementação. Disponível em:  
<http://www.educacao.al.gov.br/?Itemid=465&start=10>. Acesso em: 1 de Novembro de 2021.

ALAGOAS. **Lei n 8.465, de 12 de julho de 2021**. Dispõe sobre a criação do Programa Conecta Professor para a aquisição de novos equipamentos de informática, inovação, tecnologia e apoio para o custeio de plano de acesso à internet. Disponível em:  
<<http://www.educacao.al.gov.br/?Itemid=465&start=10>> Acesso em: 01 de Novembro de 2021.

ALAGOAS.Portaria nº 7651/2020. **Regulamenta a substituição das aulas presenciais pelas atividades desenvolvidas no âmbito do regime especial de atividades escolares não presenciais – REAENP e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, 19 de Junho de 2020. p. 9. Disponível em:<[http://www.educacao.al.gov.br/images/Portaria\\_7651\\_2020\\_seduc.pdf\\_PAGINA\\_9\\_reduze.pdf](http://www.educacao.al.gov.br/images/Portaria_7651_2020_seduc.pdf_PAGINA_9_reduze.pdf)> Acesso em: 03/12/2021.

ALAGOAS. Decreto nº 69.527, de 17 de março de 2020. **Institui medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do covid-19 (coronavírus), no âmbito da rede pública e privada de ensino no âmbito do estado de alagoas, e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado de Alagoas, Maceió, 17 de Março de 2020. ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 de novembro 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Legislação Complementar**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 17 de novembro. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação**– PNE. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 17 de novembro. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 55. ed. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Juliana Carlos; BARRETO, Maria da Apresentação. Ensino remoto: mediações e dificuldades experimentadas pelos professores. **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.35 . 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo:Boitempo, 2008.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, LizeteShozueBomura. As políticas e a formação de professores: propostas de formações simplistas e aligeiradas em épocas de transformações. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **Formação de professores**: passado, presente e futuro. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, p. 01-25, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463/858>. Acesso em: 03 de Dezembro de 2021.

MEDEIROS, Vanessa Daiany Vieira . Ensino remoto emergencial: as veias abertas do abismo social alagoano. **VII congresso Nacional de educação**. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 55. ed. 2017.